



Sindicato dos
Trabalhadores
da Fiocruz

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016.

Exmo (a) Sr.(a) Parlamentar,

Em nome dos trabalhadores da Fiocruz, solicito especial atenção e apoio de Vossa Excelência para a aprovação do Projeto de Lei 4.252/2015, que se encontra na Câmara dos Deputados para apreciação. Defendemos que este projeto tramite em regime de urgência, pois dispõe sobre vários acordos assinados entre o governo e diversas categorias do funcionalismo público em 2015, entre elas o da Fundação Oswaldo Cruz. Neste momento crítico em que a dengue, zika e chikungunya avançam pelo Brasil e por outras regiões do mundo, os trabalhadores da Fiocruz não têm medido esforços para dar respostas tanto no âmbito das pesquisas, como da atenção e da produção de produtos, para atender a população brasileira.

O PL prevê um reajuste de 10,8% dividido em dois anos (agosto/2016 e janeiro/2017), a correção das distorções da Gratificação de Qualificação (GQ) de Nível Intermediário (NI) e mudanças na regra da média da gratificação para fins de aposentadoria (GDACT), que serão ordenadas em três etapas, entre 2017 e 2019.

Pedimos também o apoio de Vossa Excelência para vetar a PEC 139/2015, que extingue o abono permanência. Caso o Congresso aprove o fim do abono, mais de 101 mil servidores qualificados podem deixar de atender a população brasileira, isso só na esfera federal. Por se tratar de uma emenda constitucional, a PEC também pode impactar negativamente o atendimento nos estados e municípios. Para que o atendimento já precário à população não se torne ainda pior, a derrubada dessa PEC é considerada tão importante.

Citamos ainda nosso receio com relação à reforma da Previdência, já anunciada pelo Executivo, retirando direitos historicamente conquistados pelo movimento dos trabalhadores.

Outra importante reivindicação é a premente necessidade de derrubada do veto da Presidente Dilma Rousseff à auditoria da dívida pública, com participação da sociedade civil no Plano Plurianual 2016-2019, prevista na Constituição Federal e até hoje não implementada. Sem a mesma, qualquer outra medida se mostrará insuficiente para o aumento necessário na destinação de recursos para Saúde, Educação, segurança, saneamento e muitas outras demandas urgentes de nossa sociedade.

Levantamos ainda nossa preocupação com o Projeto de Lei do Senado 555, que abre o capital de todas as estatais brasileiras. Entendemos que o PLS enfraquece as empresas públicas e representa a abertura de um novo ciclo de privatizações.

Desta forma, contamos com seu apoio contra qualquer matéria que avance na retirada de direitos dos trabalhadores e intensificamos a mobilização na defesa da valorização do serviço público para a população, pela ampliação do financiamento para qualificação do serviço público; contra o ajuste fiscal e os cortes no orçamento federal.

Certo de sua atenção,

Justa Helena Franco
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (ASFOC-SN)

ASFOC-SN

Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Av. Brasil, 4365, Manguinhos - RJ - Cep: 21040-360

Tel.: (21) 2598-4231 / 2564-5248 / 2564-5720 - Fax.: 2290-2858

www.asfoc.fiocruz.br - e-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br ou jornalismo@asfoc.fiocruz.br